

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 136/2025

PROJETO LEI Nº 127/2025

*Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio
2026-2029 e dá outras providências.*

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município de Leme para o período de 2026-2029, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal e no art. 3º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. O Plano Plurianual 2026-2029 constitui-se no principal instrumento de planejamento governamental de médio prazo previsto na Constituição Federal, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as despesas de duração continuada.

Art. 2º O Plano Plurianual 2026-2029 tem por finalidade:

- I. Estabelecer diretrizes estratégicas para o desenvolvimento sustentável do Município;
- II. Organizar a atuação governamental em programas orientados para resultados;
- III. Promover a integração entre os instrumentos de planejamento orçamentário;
- IV. Orientar a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais;
- V. Viabilizar o controle social e a transparência da gestão pública municipal.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, considera-se:

- I. **Programa** - instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações orçamentárias que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores, visando à solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;
- II. **Programa finalístico** - aquele que resulta em bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade, cujos resultados sejam passíveis de aferição por indicadores;
- III. **Programa de apoio às políticas públicas e áreas especiais** - aquele que engloba as ações de natureza tipicamente administrativa que, embora contribuam para a consecução dos

objetivos dos programas finalísticos, não resultam em bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade;

- IV. **Objetivo** - declaração qualitativa que expressa a situação a ser buscada pelo programa no período do Plano;
- V. **Público-alvo** - segmento da sociedade ao qual o programa se destina;
- VI. **Ação orçamentária** - operação da qual resultam produtos que contribuem para atender ao objetivo de um programa, sendo classificada como projeto, atividade ou operação especial;
- VII. **Projeto** - instrumento de programação que visa expandir ou aperfeiçoar a ação governamental, resultando em um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- VIII. **Atividade** - instrumento de programação que visa manter ou sustentar a ação governamental de forma continuada e permanente;
- IX. **Operação especial** - ação que não contribui para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, da qual não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
- X. **Produto** - bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público-alvo;
- XI. **Unidade de medida** - padrão selecionado para mensurar e expressar a quantidade de produtos realizados;
- XII. **Meta física** - quantidade de produto que se pretende obter em determinado horizonte temporal;
- XIII. **Meta financeira** - montante de recursos necessários à consecução da meta física;
- XIV. **Indicador** - instrumento que permite identificar e medir aspectos relacionados a um conceito, fenômeno, problema ou resultado de uma intervenção na realidade;
- XV. **Unidade Orçamentária/Unidade Executora** - unidade administrativa responsável pelo programa.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 4º O Plano Plurianual 2026-2029 organiza a atuação governamental por meio de programas, classificados em:

- I. **Programas finalísticos** - que englobam ações cujos resultados sejam bens e serviços ofertados diretamente à sociedade;
- II. **Programas de apoio às políticas públicas e áreas especiais** - que englobam ações de natureza tipicamente administrativa destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Art. 5º São diretrizes do Plano Plurianual 2026-2029:

- I. A melhoria da qualidade de vida da população, com redução das desigualdades sociais e promoção da inclusão social;
- II. O fortalecimento da educação básica, com foco na qualidade do ensino e na valorização dos profissionais da educação;
- III. A garantia do acesso universal aos serviços de saúde, com ênfase na atenção primária e na prevenção;
- IV. A proteção e assistência social às famílias em situação de vulnerabilidade;
- V. O desenvolvimento econômico sustentável, com apoio aos pequenos empreendedores e à agricultura familiar;
- VI. A preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais;
- VII. A melhoria da infraestrutura urbana e rural, com foco na mobilidade e acessibilidade;
- VIII. O fortalecimento da gestão pública, com ênfase na transparência, eficiência e inovação;
- IX. A promoção da cultura, esporte e lazer como direitos fundamentais;
- X. A segurança pública e a proteção civil.

Art. 6º Integram o Plano Plurianual 2026-2029:

- **Anexo I** – Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais;
- **Anexo II** – Descrição dos Programas Governamentais, com objetivos, indicadores, metas e custos;
- **Anexo III** – Unidades Executoras e Ações Governamentais, com a identificação de produtos, unidades de medida e metas físicas anuais.

CAPÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS

Art. 7º As Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias Anuais, bem como suas modificações, deverão ser compatíveis com este Plano Plurianual.

Art. 8º As metas físicas e financeiras estabelecidas neste Plano constituem referência para a elaboração das Leis Orçamentárias Anuais, não se constituindo, todavia, em limites à programação da despesa.

Parágrafo único. Os valores financeiros constantes nos anexos desta Lei têm caráter estimativo e deverão ser atualizados, a cada exercício, pelas Leis de Diretrizes Orçamentárias e pelas Leis Orçamentárias Anuais, observada a capacidade financeira do Município e a legislação aplicável sobre responsabilidade fiscal.

Art. 9º A inclusão de novos programas ou a exclusão de programas existentes no Plano Plurianual somente poderá ser realizada por meio de lei específica.

Art. 10. A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias, bem como de suas metas, poderá ser efetivada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, pela Lei Orçamentária Anual ou por seus créditos adicionais.

CAPÍTULO IV

DO FINANCIAMENTO DO PLANO

Art. 11. O financiamento do Plano Plurianual será viabilizado por meio de recursos:

- I. Do Tesouro Municipal;
- II. De transferências constitucionais e legais da União e do Estado;
- III. De transferências voluntárias da União e do Estado;
- IV. De operações de crédito internas, observados os limites legais;
- V. De convênios e parcerias com outros entes federados;
- VI. De parcerias com a iniciativa privada, quando couber;
- VII. De outras fontes.

Parágrafo único. A captação de recursos de operações de crédito observará rigorosamente os limites e condições estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e nas Resoluções do Senado Federal.

CAPÍTULO V

DA GESTÃO E MONITORAMENTO DO PLANO

Art. 12. A gestão do Plano Plurianual compreende a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos programas, visando assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Art. 13. O monitoramento do Plano Plurianual será realizado de forma contínua, mediante:

- I. Acompanhamento da evolução das metas físicas e financeiras;
- II. Avaliação dos indicadores de desempenho dos programas;
- III. Análise da execução orçamentária e financeira;
- IV. Identificação de problemas e proposição de medidas corretivas.
- V. Integração das informações de monitoramento com o Sistema de Controle Interno do Município e com os mecanismos de fiscalização externa exercidos pelo Tribunal de Contas.

CAPÍTULO VI

DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E TRANSPARÊNCIA

Art. 14. O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade civil na gestão do Plano Plurianual, mediante:

- I. Realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão;
- II. Disponibilização de informações sobre a execução do Plano em meio eletrônico;
- III. Criação de canais de comunicação para recebimento de sugestões e críticas;
- IV. Incentivo à participação popular no controle social da gestão pública.

Art. 15. As informações relativas ao Plano Plurianual serão amplamente divulgadas, observados os princípios da transparência e publicidade, por meio de:

- I. Portal eletrônico oficial do Município;
- II. Audiências públicas;
- III. Outros meios de comunicação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES

Art. 16. O Poder Executivo fica autorizado a, por decreto:

- I. Adequar a denominação de programas e ações para melhor expressar suas finalidades;
- II. Ajustar metas físicas em decorrência de alterações de metodologia de cálculo ou coleta de dados;
- III. Incluir, excluir ou alterar indicadores de programas;
- IV. Promover adequações de caráter técnico que não impliquem alteração da essência dos programas, vedada a modificação de objetivos e metas aprovados por lei.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. Para fins de atendimento ao disposto no § 1º do art. 167 da Constituição Federal, ficam identificados como investimentos de duração superior a um exercício financeiro os projetos constantes do Anexo I desta Lei que possuam metas estabelecidas para mais de um exercício, observada a

chamada “Regra de Ouro” que veda a realização de operações de crédito em montante superior às despesas de capital autorizadas.

Art. 18. A elaboração e a execução dos planos e programas setoriais do Município deverão observar as diretrizes e objetivos estabelecidos neste Plano Plurianual.

Art. 19. O Poder Executivo editará regulamento dispondo sobre:

- I. Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos programas;
- II. Os critérios e a periodicidade de revisão do Plano;
- III. As metodologias de cálculo dos indicadores;
- IV. Os procedimentos para alterações previstas nesta Lei.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.

Leme, 17 de novembro 2025.

CINTIA CRISTINA GROSSKLAUSS
Presidente